

# Meta menor para 2006 chegou a ser discutida

Equipe econômica preferiu apertar a margem de erro e não correr o risco de ver o custo de vida sair do controle

Eliane Oliveira, Lydia Medeiros  
e Cristiane Jungblut

• BRASÍLIA. O governo decidiu fixar para 2006 a mesma meta de inflação de 2005 (4,5%), e reduzir a margem de erro em meio ponto percentual, de 2,5 para dois pontos percentuais, motivado por uma mistura de cautela em relação ao comportamento dos preços e necessidade de demonstrar aos investidores que, nos próximos dois anos, a economia estará mais forte para enfrentar eventuais choques externos.

Segundo um dos participantes da discussão, uma meta menor — no passado, chegou-se a

cogitar entre 3,5% e 4% — para 2006 chegou a ser discutida pela equipe econômica. No entanto, o entendimento dos integrantes da Fazenda e do Banco Central (BC) é de que uma meta menor do que os 4,5% fixados para 2005 poderia significar um compromisso rigoroso, o qual o Brasil poderia não cumprir. Mas algo precisava ser feito para mostrar que o rigor adotado na administração da política monetária não mudaria. Daí, tomou-se a decisão de reduzir a margem de erro da meta.

Segundo uma fonte da área econômica, a meta de 4,5% garante uma margem maior ao país, no caso de algum choque

de oferta imprevisto. A conclusão a que chegaram os participantes do Conselho Monetário Nacional (CMN), reunidos anteontem, foi de que um percentual maior permitiria uma visão de longo prazo. A opção foi fixar um índice maior do que o previsto no Plano Plurianual (PPA), de 4%.

— Quanto à redução da margem, a idéia é mostrarmos que, em 2006, o grau de volatilidade da economia brasileira será menor, o balanço de pagamentos estará mais robusto, haverá solidez nos fundamentos fiscais e a economia estará em franco crescimento — diz um integrante da equipe econômica.

Um dos defensores de uma flexibilização da meta de inflação, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), criticou a decisão do CMN de manter em 4,5% a meta para 2005 e fixar o mesmo patamar 2006. O senador defendia um limite um percentual de 5,5% para os próximos dois anos.

— Acho muito difícil cumprir a meta de 4,5%. Isso pode pressionar a taxa de juros e, aumentando os juros, vamos ter mais dificuldade de crescimento e mais dificuldade nas finanças públicas. Mas espero estar errado e torço que o ministro Palocci e o presidente

do Banco Central, Henrique Meirelles, estejam certos, e que isso não aconteça no ano que vem — disse.

Apesar das discordâncias, o senador elogiou o fato de o CMN ter mantido a meta de 4,5% também para 2006:

As atenções da equipe econômica agora se voltam para a Lei de Diretrizes Orçamentárias. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu ontem com ministros do núcleo de coordenação para discutir a tramitação da lei. Lula, segundo assessores, está preocupado com mudanças que o relator da matéria, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-PB), fez na pro-

posta original do governo. Garibaldi vinculou os reajustes do salário mínimo à variação do Produto Interno Bruto (PIB), idéia que tem boa aceitação no Congresso, especialmente no PMDB, mas não é aceita no Ministério da Fazenda.

Lula passou parte do dia em conversas com Guido Mantega (Planejamento) e os ministros José Dirceu (Casa Civil), Aldo Rebelo (Coordenação Política) e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. O governo também está finalizando a proposta do Orçamento da União para 2005, que deve ser enviada ao Congresso até dia 15 de agosto. ■